



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7120 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS E SABERES DE(S)COLONIAIS: CURRÍCULO DA EPJAI EM CONSTRUÇÃO

Isaura Francisco de Oliveira - Escola Municipalizada Arnaldo Cardoso

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não

PERSPECTIVA EDUCACIONAIS E SABERES DE(S)COLONIAIS: CURRÍCULO DA EPJAI EM CONSTRUÇÃO

Resumo: Este artigo é produto de uma análise das narrativas dos professores da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (Epjai) que participam do Grupo de Estudo e Aprendizagens – GEAS, pertencente ao núcleo formativo 02, do território de identidade Velho Chico, localizado no município de Riacho de Santana-BA. A investigação teve como objetivo central analisar como o currículo é compreendido pelos participantes do grupo, a partir da perspectiva de(s)colonial. E como objetivos específicos: abordar a teoria crítica de(s)colonial; discutir o currículo e a pedagogia de(s)colonial; identificar a percepção de currículo presente na fala dos integrantes do GEAS/EPJAI. O percurso metodológico segue os pressupostos da abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. A pesquisa empírica foi possibilitada pelas narrativas dos colaboradores para a coleta de informações. Os resultados apontam que a construção do currículo, de forma participativa e democrática, é um processo formativo necessário a de(s) colonialidade da educação.

Palavras-chave: Currículo. Processo formativo. De(s)colonialidade. EPJAI

1 INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado é o recorte de uma pesquisa, que tem por objetivo compreender como o currículo é compreendido pelos participantes do grupo, a partir da perspectiva de(s) colonial, durante a elaboração do proposta curricular municipal do município de Riacho de Santana - BA.

A problemática originou-se a partir das discussões sobre concepção de currículo presentes nas narrativas dos participantes do GEAS/EPJAI. Por vezes a compreensão e currículo como grade curricular vislumbrava a manutenção do poder e do que está posto, outras vezes apresentava-se a compreensão de currículo vivo, em que professores e alunos são também autores curriculantes.

Na escrita desse texto optamos pela terminologia de(s)coloniais, uma vez que participar da proposta de elaboração do currículo municipal implica assumir os diferentes caminhos de nossos escritos. Para tanto, nos embasamos em alguns estudos teórico-críticos percebidos no legado dos pensadores anticoloniais, pós-coloniais e decoloniais que assumem uma posição crítica ao projeto Moderno e passam a ocupar outros lugares de fala, a exemplo de Paulo

Freire, Djamila Ribeiro, entre outros.

Com base nesse pressuposto, o presente estudo teve como ponto de partida a seguinte questão: como o currículo é compreendido pelos participantes do grupo, a partir da perspectiva de(s)colonial, durante a elaboração do proposta curricular municipal do município de Riacho de Santana - BA.?

Levando em consideração esse questionamento, a pesquisa teve como objetivo geral analisar como o currículo é compreendido pelos participantes do grupo, a partir da perspectiva de(s)colonial. E como objetivos específicos: abordar a teoria crítica de(s)colonial; discutir o currículo e a pedagogia de(s)colonial; identificar a percepção de currículo presente na fala dos integrantes do gea/epjai.

Considerando que no período da pesquisa estamos em meio a “uma Pandemia e que o coronavírus, que causa a Covid 19”, (ZANON et al 2020, p.4), utilizamos o WhatsApp como veículo de comunicação e coleta das informações.

A instrumentalização técnica desta pesquisa foi possibilitada pelas narrativas de currículo de 20 professores que atuam na Epjai e participam do GEA. Este é direcionado a uma finalidade específica que é estudar, debater e construir referências para a construção de uma política pública municipal.

A presente pesquisa foi orientada pela abordagem qualitativa (Andre, 2005). Para a coleta de informações, foram utilizadas as narrativas dos professores do Gea/EPjai, coletadas via Whatsapp, que participam do processo de elaboração da proposta curricular do município pesquisado.

Isto posto, este artigo está organizado por esta introdução; por um aporte teórico para fundamentar o estudo, iniciando por uma discussão em torno teoria crítica de(s)colonial; na sequência apresenta-se a discussão sobre o currículo e a pedagogia de(s)colonial. Por fim, apresentamos algumas considerações seguidas das referencias que sustentaram esse estudo.

2 PERSPECTIVA DE CURRÍCULO E TEORIA DE(S)COLONIAL

O pensamento de(s)colonial, tem ganhado espaço nos estudo sobre currículo, pois, tem como fundamento a crítica e a desconstrução da lógica da colonialidade, que advém das relações de poder e de dominação colonial. A teórica critica de(s)colonial configura-se como uma forma de pensar, produzir e valorizar conhecimentos que não correspondam à lógica da colonialidade, do mesmo modo que busca distanciar-se das teorias eurocêtricas. O pensamento de(s)colonial tem como intenção refletir criticamente sobre as relações de poder e de colonialidade no âmbito do conhecimento e na construção de saberes que resgatem e empoderem os conhecimentos oprimidos e subalternizados. (Zeifert, Agnoletto, 2019).

Corroborando com Silva Carvalho; Mouján; Ramos Júnior (2018, p.13) “escolher a denominação pedagogias de(s)coloniais implica assumir os diferentes caminhos de nossos escritos, pois, [...] existem implicações políticas na escolha do termo decolonial ou de(s)colonial.”.

Reflexões sobre como a cultura, o multiculturalismo, a interculturalidade e a decolonialidade precisam ser desenvolvidas no espaço de ensino e aprendizagem. De acordo com Zeifert, Agnoletto, (2019) é nesse contexto que a teoria crítica surge, e ganha espaço, refletindo no empoderamento de grupos sociais que reforcem a garantia formal de direitos já reconhecidos.

Em uma sociedade em que o homem e a mulher, é brutalmente alijado do seu direito à voz, seja por sua condição social, gênero ou etnia, todos os demais direitos são comprometidos, uma vez que lhe é negada a dignidade e a própria humanidade, a educação também é comprometida. Neste contexto, Candau (2008, p. 13) pontua que “[...] não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto que se situa. Neste sentido, não é possível conceber uma experiência pedagógica ‘desculturizada’, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade”.

O multiculturalismo representa a igualdade entre os seres humanos, em que nenhuma cultura é mais importante que a outra, em que todas devem, harmoniosamente, conviver e manifestar-se nas suas diferenças, de modo a garanti a identidade própria de cada cultura, sua diversidade cultural e o reconhecimento das minorias. O multiculturalismo crítico, da vida aos movimentos e lutas sociais e de representações de gênero, raça e classe. (LEGRAMANDI, GOMES, 2019).

Um currículo multicultural, não deve ser feito para o outro, mas com o outro, pois, conforme Ribeiro (2017) o currículo precisa contemplar outros lugares de fala, e “reivindicar diferentes pontos de análises” (RIBEIRO, 2017, p. 59).

No espaço escolar, as resistências são notoriamente percebidas pelas relações e diferenças sociais marcadas por uma imposição de uma organização social capitalista dominante, de opressores e oprimidos como retrata Freire (1997, p. 38) “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”.

O multiculturalismo pressupõe o reconhecimento e o respeito às diferenças e individualidade de cada um, neste sentido, um currículo de(s)colonial precisa respeitar as manifestações culturais onde cada se humano possa ser visto a partir da ótica do respeito e da diversidade.

3 CURRÍCULO NA PERCEPÇÃO DOS INTEGRANTES DO GEA/EPJAI.

O grupo de estudos e aprendizagens (GEAS) foi criado no dia 05 de junho de 2020. Formado por 2º profissionais de quatro escolas municipais que ofertam a Epjai no período noturno. Para garantir o anonimato dos participantes os professores serão identificados com a letra P seguida de um número de um a vinte, conforme a situação.

Os estudos e as discussões realizada no GEAS EPJAI apontou que a educação formal sempre foi pensada pelas classes dominantes como meio de manutenção da ordem vigente. A perspectiva de(s)colonial aponta que para entender os caminhos não é possível pensar em educação sem pensar no próprio homem (FREIRE, 1979). Para construção de uma proposta curricular, muitas vozes precisam ser ouvidas. Assim, durante as discussões e debates sobre currículo inúmeras preocupações assolam os participantes do grupo, como podemos ver na narrativa a seguir:

Querer conceituar currículo dizendo que o mesmo é a alma da escola ou coisa assim, é um equívoco. Mas como é comum conceituarmos tudo e agirmos mediados pelo conceito, então podemos dizer que o currículo é um instrumento de poder constitucional da realidade educacional [...] (P1)

[...] esse processo é complexo e longo, a busca é constante, nunca vamos estar preparados o suficiente, por isso é preciso inovar sempre. Construir um currículo para a educação básica é primordial na construção do saber, ainda faz referências por várias vezes nas escolas públicas, pois sabemos nós, que por ela passa a grande maioria da população, então nós professores devemos zelar e fundamentar nossos estudos cada

vez mais. (P2)

O currículo é o norteador de todo processo educacional onde está organizado os conteúdos e habilidades a serem trabalhados em cada âmbito educacional. As escolas devem, portanto, oferecer oportunidades curriculares que se adaptem a alunos com diferentes interesses, potencialidades e capacidades. (P11)

Conforme as narrativas de P1, P2 e P11, compreender currículo e autorizar-se autores curriculantes é grande desafio. Para se pensar em currículo é preciso que o professor considere pensar o sujeito em sua integralidade, em suas variadas dimensões, para que garanta o direito de aprendizagem, considerando que a concepção educacional deve sustentar nos princípios de equidade, inclusão, contemporaneidade e sustentabilidade.

O currículo é mais do que um documento onde se expressa e se organiza a formação, ou seja, o arranjo, o desenho organizativo dos conhecimentos. “O currículo se dinamiza na prática educativa como um todo e nessa se assume feições que o conhecimento e a compreensão do documento por si só não permite elucidar”. (MACEDO, 2020 p. 25 e 26)

A legislação nacional apregoa que todos têm direito a educação diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e de qualidade, gozando de prerrogativas especiais das atividades escolares, respeitando sua cultura, religião e especificidades de cada comunidade, com direito a professores indígenas para que os saberes da comunidade passem de pais para filhos, permanecendo a memória indígena. Para Candau (2010), a escola é um espaço invadido por um impactante multiculturalismo e por diferentes grupos sociais, assim, o currículo não pode se furtar em contemplar essa realidade. Essa percepção está presente nas narrativas de P 20,

[...] não só o índio, mas também o negro. Precisamos de um currículo que respeite a identidade étnico-cultural e todo percurso histórico da comunidade, além disso, a construção de uma política curricular que adote a pedagogia do combate a toda e quaisquer formas de racismo, preconceito e discriminação, bem como o trabalho de valorização identitária faz-se prioridade. Precisamos de um currículo onde todos sintam-se incluídos, onde todos possam ter voz e ser ouvidos. (P20)

A garantia do direito à voz pode ser compreendida como possibilidade para o desenvolvimento da humanidade negada historicamente, o direito à existência digna. Então, assim como Freire, Djamila Ribeiro também pensa um novo marco civilizatório, que desafia a lógica excludente e, em lugar da voz única, defende a multiplicidade de vozes, comungando da necessidade de humanização para todos e todas, e não apenas para alguns. De acordo com a narrativa de P 19 “ [...] a construção do currículo precisa da participação de toda a comunidade escolar[...] Precisamos das mulheres negras também no currículo”.

O direito à voz, não deve ser compreendido no sentido estrito de “dar voz” aos excluídos, pois, como defende Ribeiro (2017, p.64), “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”.

Ribeiro ao discutir sobre as produções e epistemologias de mulheres negras nos chama a atenção para o silêncio institucional a que são submetidas, mencionando a existência de um regime da autorização discursiva e a necessidade de luta para rompimento com o mesmo. Para a autora, “ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal”. (RIBEIRO, 2017, p. 70).

Precisamos que o currículo contemple uma concepção de aprendizagem como um processo em construção contínua e sempre mediada, sendo assim uma construção social, levando em consideração que metodologicamente essa aprendizagem deve sempre possibilitar que os estudantes assumam seu protagonismo e formação numa perspectiva emancipatória relacional, interativa e mediada.

[...] trabalhar currículo exige pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-cultural, ao contexto local e ao percurso histórico de cada comunidade, observando os princípios constitucionais e os princípios que regem a educação básica brasileira, tanto nas escolas quilombolas como nas escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas. (P21)

Ao construir currículo, precisamos levar em consideração as características de cada povo e comunidade, demarcando identidade, cultura e fortalecimento destas. Mas também precisamos de outros olhares, e não apenas o olhar da cultura dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa com o intuito de analisar como o currículo é compreendido pelos participantes do grupo, a partir da perspectiva de(s)colonial. As narrativas dos integrantes do GEAS/Epjai apontaram que saberes coloniais, eurocêntrico estão imbricados na formação dos professores. As narrativas evidenciaram que outros saberes precisam ser construídos para desconstruir um saber colonial impregnado por anos de atuação profissional.

Para entender teoria crítica de(s)colonial a partir de uma perspectiva pedagógica de currículo, precisamos inicialmente compreender que historicamente a construção do Currículo é autoritária, porque fomos ensinados por muito tempo a construir Currículo para o outro, sem a participação do outro e algumas vezes sem o outro. Entendemos que este processo que estamos vivendo é importante, mas ainda precisamos de outros sujeitos, outros olhares para que essa construção se efetive.

O estudo apontou que a concepção de currículo presente nas narrativas dos participantes do grupo está voltado para um currículo engessado e eurocêntrico, pois este tem orientado a educação por muito tempo, principalmente tendo os documentos oficiais como orientadores. Neste sentido, o estudo evidenciou que a de(s)colonização intelectual é indispensável na mesma medida em que a colonização do pensamento faz com que perdurem a opressão e o domínio, especialmente na esfera econômica, social e política.

As narrativas evidenciaram que existe um distanciamento do currículo instituído no meio escolar com as experiências e os saberes de educandos e educadores, o que representa a negação, o silenciamento das diversidades existentes naquele espaço. Assim, é fundamental criar condições que oportunizem a escuta das vozes desses sujeitos, e para isso, o trabalho com as narrativas, é extremamente valioso.

Por fim, o presente estudo, nos possibilitou compreender que a construção do currículo é um processo formativo que demanda vários saberes, inclusive os saberes de(s)coloniais imbricados.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira Ciências Política** . Polít. [online]. 2013, n.11, pp.89-117. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33521013000200004>. Acesso em 21 de jul. de 2020.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. v.1, São Paulo: Brasiliense, 1993.p.197-211.
- CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F; CANDAU, V. M.(Org.) **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Cap. 1, p. 13-37.
- CANDAU, V. **Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos**, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a15.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2017.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade, eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005
- FIORI, E. M. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FLEURI, R. M.. **Multiculturalismo e interculturalismo nos processos educacionais**. Rio de Janeiro, Brasil, 2001
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2016
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12.ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro,1979.
- LEGRAMANDI, Aline Belle; GOMES, Manuel Tavares. Insurgência e resistência no pensamento freiriano: propostas para uma pedagogia decolonial e uma educação emancipatória. **Revista @mbienteeducação**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 24-32, jan. 2019.
- MACEDO, Roberto Sidnei. Currículo: campo, conceito e relações, IN: **Currículo: Campo, conceito e pesquisa**. Editora Vozes, 2014.
- MACEDO, Roberto Sidnei. **Atos de currículos**: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 427-435, set./dez. 2013.
- SILVA, Rene; Ferreira Criatiana; Macedo, Sidney Roberto. **Live 21- concepção de currículo e política de currículo para os municípios baianos**. <https://www.youtube.com>.
- SOUSA, E, C; ALMEIDA, J, B. **Narrar histórias e contar a vida**: memórias cotidianas e histórias de vida de educadores baianos. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto.

Pesquisa (auto) biográfica em rede. Natal: Ed. UFRN; Porto alegre: Ed. IPUCRS; Salvador; Ed. UNEB, 2012.p.29-31.

Moreira, Antônio Flavio; Câmara Michelle. **Reflexões sobre currículo e identidade:** implicações para a prática pedagógica, elaborado por In: Moreira, A, F. e Candau, V. M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017. 112p.

SILVA CARVALHO, E. S.; MOUJÁN, I. F.; RAMOS JÚNIOR, D. V. **Pedagogias de(s)coloniais:** saberes e fazeres. EdUFT: Palmas, 2018.

ZANON, C.; DELLAZZANA-ZANON, L.L.; WESCHLER, S.M.; FABRETTI, R.R.; ROCHA, K.N.da. **COVID-19:** Implicações e aplicações da Psicologia Positiva em tempos de pandemia. Disponível em: <https://www.scielo>. Acesso: 10/07/2020.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; AGNOLETO, Vitória. **O pensamento descolonial e a teoria crítica dos direitos humanos:** saberes e dignidade nas sociedades latino-americanas. Revista Humus. v. 9, n. 26 (2019) disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index>. Acesso, 29 de agos. de 2020.